

Brasil refaz proposta para fechar acordo

Roberto Garcia
Correspondente

WASHINGTON— Empenhados em conseguir um acordo rápido nas negociações da dívida, os negociadores do governo Sarney disseram aos credores privados que estão dispostos a fazer concessões em suas duas principais propostas — aceitando menos de 3 bilhões em novos financiamentos para 1988 e 89 e reivindicando redução imediata das taxas de risco apenas para a dívida pública, que corresponde a cerca de dois terços do total de 70 bilhões de dólares.

Como a diferença entre o que os bancos querem dar — 2 bilhões de dólares — e o que o Brasil reivindica — 3 bilhões — é relativamente pequena, negociadores brasileiros teriam dito que aceitam uma parte desse montante em cofinanciamento do Banco Mundial ou do Clube de Paris. Outra alternativa aceitável seria sujeitar o desembolso de uma parte dessa diferença a uma cláusula de contingência. Essa cláusula só seria acionada caso o país não conseguisse os empréstimos que vai solicitar de outras fontes, especialmente financiamento de exportações de países europeus e do Japão.

Apesar das fortes expectativas de

avanços rápidos nas negociações da dívida no fim da semana passada, representantes do Brasil e dos bancos continuaram trabalhando, ontem, sem qualquer sinal de rompimento do impasse. Ao entrar para mais uma sessão de negociações pela tarde, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, disse que “as conversas tomaram um ritmo mais acelerado mas ainda não chegamos lá”.

Conservadores— Aparentemente, divergências entre bancos americanos e europeus vêm impedindo um fechamento do pacote. “Os credores alemães e ingleses são mais conservadores do que todos os outros. Eles toparam capitalização de juros mas não querem dar dinheiro novo ao Brasil”, afirmou uma fonte.

A equipe brasileira está concentrando todos os seus talentos para fechar os dois aspectos mais importantes da negociação — o montante dos novos empréstimos que serão dados pelos bancos em 1988 e 1989 e a taxa de risco que prevalecerá tanto sobre esses novos recursos quanto para todos os 70 bilhões de dólares da dívida do país aos bancos estrangeiros. Apesar de oferecer o pagamento de 580 milhões relativo aos juros atrasados de janeiro, se os bancos atenderem suas reivindicações nesses dois itens, o governo Sarney ainda não os

convenceu. “Continuamos com muitas esperanças mas até agora não há novidade a comunicar”, disse Milliet.

Para que a diferença de 1 bilhão de dólares não se transforme num obstáculo intransponível a um acordo, contudo, os negociadores brasileiros disseram aos seus interlocutores que aceitam uma fórmula semelhante à usada pelo México e Argentina em suas negociações em 1986 e 1987, respectivamente.

No caso das taxas de risco — frequentemente conhecidas como *spreads* — a fórmula de conciliação estaria numa diferenciação entre a dívida pública brasileira e a das empresas privadas do país: dos 70 bilhões de dólares devidos aos bancos, cerca de um terço corresponde à dívida de companhias particulares. O governo reivindica que os *spreads* aplicáveis à dívida pública sejam reduzidos pela metade imediatamente, de cerca de 1,7% para 0,8125%. Os *spreads* aplicáveis à dívida das empresas particulares diminuiriam gradualmente, na medida em que os contratos vencidos fossem renovados.

Novas Concessões— Embora os negociadores brasileiros se esforcem para ressaltar que as propostas brasileiras não são rígidas, os bancos parecem estar se esforçando para conseguir o máximo dando em troca tão pouco quanto possí-

vel. Eles estão conscientes de que o governo Sarney precisa de uma vitória rápida na questão da dívida externa e poderá fazer concessões adicionais. Nas últimas semanas, membros da equipe econômica vêm insistindo na necessidade da conclusão das negociações até fins de março. Esse calendário foi fixado para viabilizar a aprovação de um acordo com o FMI até junho e permitir que os desembolsos tanto do Fundo Monetário quanto dos bancos coincidam logo depois. “O governo precisa de uma folha de parreira para afirmar que os dois acordos estão desvinculados, do contrário ficaria sujeito a muitas críticas internas num período delicado da Constituição”, afirmou um banqueiro.

Diante das resistências dos bancos, alguns negociadores brasileiros acham que deveriam deixar suas propostas na mesa e voltar temporariamente ao país. “Não podemos imobilizar a direção do Banco Central em Nova Iorque, à espera da boa vontade dos credores”, alegou um deles. Fernando Milliet prepara-se para ir a Brasília a fim de assistir a uma reunião do Conselho Monetário amanhã e disse que não sabe quando voltará. Outros conselheiros importantes do ministro da Fazenda estão recomendado que Milliet continue em Nova Iorque nestes dias delicados das negociações.

da dívida